



AMAZÔNIA

Ianomâmis: PF não vê indícios de crimes

Corporação colheu depoimento em comunidade que teria sofrido violência e concluiu que há um “conflito de narrativas”

A Polícia Federal (PF) reafirmou, ontem, que até o momento não encontrou indícios de violência contra indígenas da comunidade de Aracaçá, na Terra Ianomâmi, em Roraima. A investigação ainda não foi concluída e o grupo de 24 pessoas que era dado como desaparecido foi encontrado.

O inquérito foi aberto depois de o líder indígena Júnior Hekurari, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Yek'wana (Condisi YY), denunciar o estupro e o assassinato de uma menina de 12 anos por garimpeiros ilegais. As primeiras informações também acusavam os invasores de afogarem outra criança, de três anos, e estuprarem a mãe dela.

Segundo a PF, “a natureza da denúncia não condiz com os fatos concretos e reais”. Em entrevista coletiva, ontem, o delegado federal Daniel Ramos — responsável pela investigação — disse que ouviu todos os indígenas da comunidade Aracaçá e que os depoimentos apontam um

“conflito de narrativas”

“As informações se originaram de um vídeo institucional de uma ONG. Foi assistido por um indígena, que repassou as informações a outro. Esse segundo indígena inferiu, a partir dos elementos que tinha, que membros de sua comunidade teriam sido vítimas da violência apresentada no vídeo”, concluiu a PF. Os investigadores ainda aguardam o laudo das cinzas coletadas em uma cabana incendiada para saber se há material biológico. O inquérito deve ser concluído em 30 dias.

A PF afirmou, ainda, que não há indígenas desaparecidos — o grupo estava em uma parte da floresta distante de Aracaçá, onde vivia. “A investigação aponta que, ao menos, nove ianomâmis moram no local, sendo que seis foram contatados presencialmente no primeiro dia das diligências no local e outros três — uma mulher e dois netos — estão em Boa Vista para tratamento de saúde da mulher. Por fim, outros indígenas que residiam no

local teriam se mudado para outra comunidade, conforme relatado pela própria liderança indígena que encaminhou a denúncia dos crimes”, diz a corporação.

Uma nova frente foi aberta na investigação depois que representantes da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Funai, Sesai, militares e o próprio Júnior Hekurari estiveram na comunidade de Aracaçá. O local foi encontrado vazio e em chamas e o grupo que ali vivia tinha sumido. O território ianomâmi é uma das mais impactadas pelo garimpo ilegal.

Em nota, a Hutukara Associação Yanomami pediu uma “apuração mais ampla e aprofundada do histórico de violências vividas pelos indígenas em Aracaçá por consequência do garimpo ilegal”. A entidade salienta que os indígenas ainda não reuniram informações suficientes sobre o crime denunciado e que interrogou outros indígenas que vivem perto da Aracaçá, que confirmam as violações. (Colaborou Cristiane Noberto)

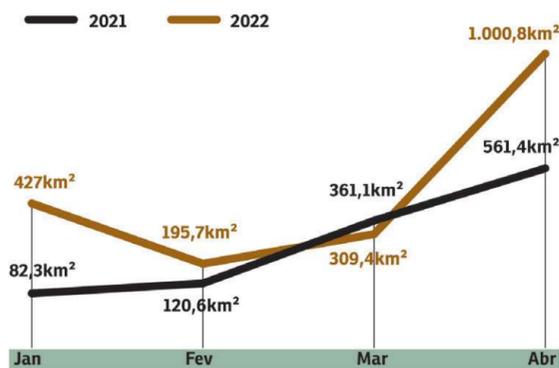
Reprodução/Twitter



A PF encontrou queimado e destruído o local onde vivia o grupo de ianomâmis até então desaparecido

Avanço da devastação no país

Na comparação entre abril de 2021 e o mês passado, desmatamento no Brasil foi de 74,6%



REGIÕES MAIS AFETADAS



Fonte: Plataforma Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Desmatamento avança 74% em abril

» TAINÁ ANDRADE

Dados divulgados, ontem, pela plataforma Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que entre 1º e 29 de abril ao menos 1.000,8km² de matas amazônicas foram desmatadas. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve um avanço de 74% na devastação.

Trata-se do pior resultado da série desde que começou a ser monitorada, em 2004. Amazonas e Pará somam 62,5% do território desmatado no Brasil. Rondônia também tem alto índice, principalmente na capital, Porto Velho, que apresentou 525.73km² de devastação.

No Amazonas, três municípios se destacaram como foco da destruição da floresta: Lábrea (576.87km²), Apuí (422.51km²) e Humaitá (204.92km²). No Pará, Altamira (539.13km²), São Félix do Xingu (386.68km²) e Novo Progresso (311.02km²) têm os piores índices. Já no Mato Grosso, em Colniza a devastação avançou 312.77km².

Entre as atividades que são a causa da destruição do bioma estão a abertura de área para pasto



O café que é produzido em Minas, a cana que é produzida em São Paulo, a soja que é produzida no Paraná — todos dependem de chuvas. E essa chuva depende da existência da Floresta Amazônica

Raul Valle, diretor do WWF

e a extração de madeira ilegal — muitas vezes próximas às áreas de proteção ambiental, que deveriam ser fiscalizadas pelo governo. “Altamira e Lábrea têm histórico de desmatamento. A primeira, por conta da usina de Belo Monte, do garimpo, da grilagem e da extração de madeira ilegal. Lábrea, no sul do Amazonas, é a nova fronteira de desmatamento. O que temos nesses estados e nessas cidades é uma ação muito grande de crime ambiental e fiscalização praticamente nula”, criticou Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima.

Ele destaca outro ponto para o crescimento da destruição: o ano eleitoral. “No ano eleitoral,

as pessoas que apostam no desmatamento por lá estão aproveitando porque pode ser o último ano de mandato do (presidente Jair) Bolsonaro”, disse.

Vetor

O atual governo, aliás, é apontado como um dos vetores para o avanço da devastação. “A fragilização dos órgãos de fiscalização ambiental não é por acaso. É um projeto perverso que tem como um dos principais resultados a prescrição de crimes ambientais sem que os criminosos sejam punidos. Com a certeza da impunidade, o que já está ruim tende a piorar, caso projetos de lei que visam legalizar a

grilagem de terras, flexibilizar o licenciamento ambiental e abrir terras indígenas para mineração sejam aprovados na Câmara e no Senado”, disse o coordenador de Amazônia do Greenpeace Brasil, André Freitas.

Na opinião de Raul Valle, diretor de justiça socioambiental do World Wide Fund for Nature Brasil (WWF), o Brasil cada vez mais está em uma situação delicada. “Isso é muito grave para o país, significa que estamos acelerando em direção ao precipício. O café que é produzido em Minas, a cana que é produzida em São Paulo, a soja que é produzida no Paraná — todos dependem de chuvas. E essa chuva depende da existência da Floresta Amazônica”, alertou.

Valle observa, também, que a destruição do bioma impactará a economia do país. “A ciência já nos mostrou que se mais de 20% dessa floresta for desmatada, for destruída por pastagem — que é o que está acontecendo agora —, pode irreversivelmente se degradar, se transformar em uma área árida, que não vai mais conseguir produzir a chuva que alimenta o Brasil e o mundo. É a nossa sobrevivência econômica que está em jogo”.

SAÚDE

Câncer de ovário: 2º maior nas brasileiras

» MARIA EDUARDA ANGELI*

O Brasil celebra, amanhã, o Dia Mundial do Câncer de Ovário. É o segundo tumor ginecológico maligno que mais afeta as brasileiras, depois apenas do de colo do útero.

De acordo com o Global Cancer Observatory, da Organização Mundial da Saúde, foram cerca de 7.300 diagnósticos e 4.925 mortes pela doença no país em 2020. O avanço costuma ser assintomático

e é percebido somente em fase mais adiantada.

Mais comum entre mulheres a partir dos 60 anos, com obesidade ou com a combinação menarca precoce-menopausa tardia, o tumor maligno de ovário consegue “driblar” até mesmo exames da rotina feminina. “É uma doença que tem um desafio para o seu diagnóstico. São queixas que não são típicas de uma doença específica”, alerta Angélica Nogueira Rodrigues, do Instituto Nacional do Câncer.

+ 75% dos diagnósticos de câncer de ovário são obtidos tardiamente.

- O tumor do **câncer de ovário** é uma neoplasia (massa de tecido anormal) nos ovários, localizados na pelve. A maioria é epitelial — ou seja, se desenvolve na superfície do órgão
- As células contaminadas do tumor se desprendem e passam a circular pelas **trompas** e pela cavidade abdominal da mulher, agravando a situação gradativamente
- Eventualmente, as células contaminadas podem chegar à **corrente sanguínea**. Isso acontece nas fases mais avançadas da doença, quando o câncer se categoriza como metastático

Trompas

Ovários



Saúde monitora oito casos da “hepatite misteriosa”

O Ministério da Saúde monitora oito casos da chamada “hepatite misteriosa”, verificados no Rio de Janeiro e no Paraná. Desde o início do mês de abril, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reuniu cerca de 230 registros, a maior parte na Europa e em crianças menores de 10 anos.

O mais recente episódio atribuído à doença foi verificado ontem: segundo nota da Secretaria de Estado de Saúde do Rio, seria um bebê de 8 meses, no Rio. Outra criança teria sido submetida a um transplante. A orientação do Ministério da

Saúde é para que os profissionais de saúde e da Rede Nacional de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde (VigiAR-SUS) notifiquem imediatamente as suspeitas da “hepatite misteriosa”.

“A gente está ainda sem entender esses intrigantes casos de hepatite. O que chama atenção é a progressão para a gravidade”, disse o presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Renato Kfourir.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi